

Fernando Menezes, ex-Presidente da Assembleia Regional dos Açores

“Deve a direita governar e ao PS cabe desempenhar o papel de oposição”

Fernando Menezes, advogado na ilha do Faial, figura de prestígio no PS dos Açores, foi Presidente da Assembleia Legislativa dos Açores durante vários anos. Para além da vida política, de que se retirou, é membro de várias instituições regionais, nacionais e internacionais. Foi condecorado com a Ordem de Mérito do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, e com a Insignia Autónoma de Valor. Concedeu esta entrevista ao Diário dos Açores sobre a situação política actual na nossa Região.

Como analisa os resultados eleitorais nos Açores e a viragem à direita?

Os açorianos votaram livremente e maioritariamente na direita, embora não tenha sido uma votação maciça.

O Partido Socialista perdeu pela primeira vez a maioria depois de muitos anos e isso deverá ser motivo de profunda reflexão nos órgãos do partido e sobretudo no Congresso que se realizará brevemente.

Em consequência, deve a direita governar, competindo ao PS desempenhar com consistência o seu papel de oposição.

Os longos períodos de governação com maiorias absolutas terminaram? Vamos assistir, daqui por diante, a uma maior fragmentação e, consequentemente, a arranjos parlamentares para a formação de governos?

Estou convencido que terminaram os longos períodos de maiorias absolutas.

Este fenómeno está cada vez mais generalizado não só na nossa Região mas também no nosso país e na Europa.

Naturalmente que isso obrigará a acordos de várias naturezas entre partidos o que nem sempre é fácil, dependendo muito das conjunturas políticas.

Tudo isto pode colocar, porém, um problema de estabilidade política e governativa, como se viu recentemente com o último Governo Regional.

Por outro lado, de acordo com o que vamos observando e com estudos recentes efectuados sobre a matéria, cada vez haverá mais fragmentação político-partidária, encontrando-se os grandes partidos em risco de perderem cada vez mais eleitorado.

O PS e o PSD em particular têm de ter especiais preocupações e cuidados com esta situação, pois não faltam exemplos por essa Europa fora de colapso de partidos políticos outrora grandes e mesmo decisivos nos estados democráticos.

Como vê a posição da Coligação em avançar com um governo sem negociações pré-parlamentares e a posição do PS em recusar viabilizar o Governo da Coligação?

Para mim foi muito estranha e até surpreendente a noite eleitoral de 4 de Fevereiro.

O Dr. Bolieiro, por quem tenho a maior estima pessoal, apresentou-se perante as câmaras de televisão com uma desmedida euforia como se tivesse obtido uma larguíssima maioria absoluta, assumindo quase em exclusivo a vitória e chegando a afirmar numa inusitada declaração que a “soberania” do povo lhe tinha sido entregue.

O problema é que afinal tratava-se apenas de uma maioria relativa e, feitas as contas, o número de deputados eleitos pelo PSD



“A pergunta que deixou é muito simples, porque razão é que o PS deveria deixar passar o programa de Governo da Coligação?”

ficou na mesma.

Ao mesmo tempo afirmou desde logo e peremptoriamente que governaria com maioria relativa, não abrindo a porta a qualquer entendimento ou negociação.

Assim, o PSD, o CDS e o PPM que já governaram com o apoio do Chega sem qualquer problema de consciência, é isso que terão de fazer de novo se pretenderem que o programa do Governo seja aprovado.

Relativamente à posição do PS, tenho acompanhado as declarações de alguns comentadores, incluindo alguns do meu próprio partido, defendendo que se deveria no mínimo abster-se para deixar passar o programa do Governo da Coligação em nome de uma pretensa estabilidade, mas não concordo.

Do meu ponto de vista o povo açoriano foi claro ao votar maioritariamente à direita conferindo ao PS mais de quarenta e um mil votos para ser oposição e alternativa. Não foi o PS que provocou a queda do Governo e quem consequentemente originou a actual instabilidade política.

Em situações anteriores, como em 1996, o PSD votou contra o programa do Governo, apesar do PS ter mais votos, e nas eleições de 2020, apesar do PS ter ganho igualmente com maioria relativa, coligou-se com quase todos, com papel passado perante o Representante da República, para formar gover-

no.

A pergunta que deixou é muito simples, porque razão é que o PS deveria deixar passar o programa de Governo da Coligação?

Aliás o programa eleitoral é conhecido, o programa governativo não será muito diferente do que já foi apresentado e rejeitado na ALRAA e sobretudo é conhecida a prática governativa dos últimos três anos com resultados pouco abonatórios em muitos sectores e com a colocação de muita incompetência na Administração Regional.

O Chega, por aquilo que significa, é um problema para os Açores, terra de pouca tradição extremista?

Creio que o Chega não é ainda um problema para os Açores e confio que os açorianos saberão distinguir entre quem é sério e apresenta propostas credíveis e quem é populista e pouco sério nos seus propósitos.

As afirmações do Sr. Deputado Pacheco na campanha e na noite eleitoral são patéticas e desprovidas de bom senso.

Temos um problema de representatividade popular nos Açores? Os partidos não estarão a descuidar a modernização do nosso sistema eleitoral?

Por enquanto não me parece que tenhamos um problema de representatividade popular e o facto de a abstenção ter diminuído é um bom sinal.

Contudo, vivemos tempos completamente novos e os partidos políticos têm que reflectir seriamente sobre o que poderá e deverá ser feito para se adaptarem a este tempo incluindo o seu funcionamento interno, a escolha dos candidatos e o próprio sistema eleitoral que deverá ser revisto.

Há quem ponha em causa o número de deputados actuais e até o círculo de compensação. Qual a sua opinião?

A criação do círculo de compensação, como é sabido, pretendeu resolver uma situação em que era possível que o partido mais votado tivesse menos deputados e obter no Parlamento uma melhor proporcionalidade e representatividade das forças políticas concorrentes.

Eu estive de acordo com a solução encontrada mas hoje entendo que é preciso melhorar o sistema, designadamente reduzindo o número de deputados e finalmente permitir que os cidadãos votem não só no partido mas também nas pessoas que querem para deputados.

Entendo também, à semelhança do que acontece noutros sistemas, que deve existir uma percentagem mínima para que um partido tenha assento no Parlamento.

Quais os grandes desafios que se vão

“(Círculo de Compensação) Eu estive de acordo com a solução encontrada mas hoje entendo que é preciso melhorar o sistema, designadamente reduzindo o número de deputados e finalmente permitindo que os cidadãos votem não só no partido mas também nas pessoas que querem para deputados”

colocar ao novo Governo?

O novo Governo terá fundamentalmente de cumprir o seu programa que, a ter em conta as propostas eleitorais, representará um “caderno de encargos” de grande monta.

Para isso terá de ter nos seus membros e quadros de direcção gente de grande competência o que não se verificava no anterior Governo em diversas áreas.

Os fundos comunitários terão de ser total e rigorosamente aplicados sob pena de se desperdiçarem recursos fundamentais para o nosso desenvolvimento económico e social.

A situação política nacional, cujo desfêcho é neste momento ainda imprevisível, bem como a situação internacional que se apresenta com grande complexidade, são factores que condicionarão muito da actividade governativa regional.

Se formos novamente a eleições é um drama?

Não me parece que seja um drama o recurso a novas eleições se isso for necessário para clarificar a situação política actual na procura de maior estabilidade.

Diz-se que em democracia há sempre soluções para os problemas e eu partilho deste princípio.

A nível nacional, como perspectiva que será o resultado das eleições de 10 de Março?

Não faço ideia de quais poderão ser os resultados eleitorais nacionais no dia 10 de Março, embora me pareça que não haverá maiorias absolutas quer da AD quer do PS.

Nesse caso terá de haver muita negociação para se encontrar uma solução governativa com estabilidade política.